

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ – ADAPI
GERÊNCIA DE DEFESA ANIMAL – GEDA
PROGRAMA ESTADUAL DE SANIDADE DOS SUÍDEOS – PESS

PROJETO
Conceito, Mídia & Saúde Animal

PIAUÍ
MARÇO/2021

SUMÁRIO

1. Introdução	3
2. Objetivos	4
2.1. Objetivo Geral.....	4
2.2. Objetivos Específicos	4
3. Metodologia	5
4. Público Alvo	6
5. Potenciais Parceiros	7
6. Investimentos	7
7. Referências	8

1. Introdução

A Medicina Veterinária surgiu para promover e preservar a saúde dos animais, tentando diminuir prejuízos causados pelas enfermidades que os acometiam (DA COSTA, 2011). Posteriormente, constatou-se que muitas doenças infecciosas humanas tinham como fonte reservatórios animais e alimentos contaminados, o que direcionou práticas veterinárias para questões populacionais e preventivas da Saúde Pública, através dos conhecimentos epidemiológicos e aperfeiçoamento das técnicas de produção de alimentos (PFUETZENREITER; ZYLBERSZTAJN; AVILA-PIRES, 2004).

Numerosas doenças possuem importância para a Saúde Pública e economia pecuária, assim foram incluídas em Programas Nacionais de Controle e Erradicação específicos e diferenciados e/ou listadas como de notificação obrigatória. Tais listas são recursos fundamentais para a notificação e coleta de dados, empregados no monitoramento e intervenções de serviços de Vigilância Epidemiológica e Defesa Agropecuária (BRASIL, 2013a; 2016a).

A Instrução Normativa nº 50 de 24 de setembro de 2013, instituída pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), estabelece a lista de enfermidades passíveis de intervenção pela Defesa Agropecuária. De acordo com o artigo 5º, as doenças pautadas serão revisadas considerando alterações na situação epidemiológica nacional e mundial, resultados de pesquisas científicas, recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) ou sempre que se impuser o interesse de preservação da saúde animal no país (BRASIL, 2013a).

A referida norma ainda institui no primeiro parágrafo do artigo 2º, que todo e qualquer cidadão, bem como todo profissional que atue na área de diagnóstico, ensino ou pesquisa em saúde animal deve obrigatoriamente notificar a ocorrência ou suspeita das doenças listadas ao Serviço Veterinário Oficial (BRASIL, 2013a).

A comunicação imediata da suspeita ou ocorrência de doenças de interesse da Defesa Agropecuária é primordial para a proteção e manutenção da sanidade dos rebanhos e permite uma intervenção de forma rápida e eficiente. Uma vez que, o diagnóstico rápido e o pronto atendimento são essenciais para impedir a disseminação e permitir o controle ou erradicação destas enfermidades (DE SOUZA et al., 2018).

Assim, a notificação de casos suspeitos ou positivos de doenças é uma importante ferramenta para a Vigilância Epidemiológica Veterinária e oferece elementos de apoio aos Programas de Sanidade Animal.

Neste contexto, as ações educacionais e de comunicação social em saúde animal são de extrema importância para difundir informações sobre doenças e promover a sensibilização e conscientização de profissionais da área e da população.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

Conscientizar profissionais que atuam nas áreas de saúde animal, produção, reprodução, ensino, pesquisa, assim como em outras atividades ligadas ao setor agropecuário e produtores rurais quanto a importância e obrigatoriedade da notificação de doenças de interesse da defesa agropecuária, através de ações educacionais e comunicação social.

2.2. Objetivos Específicos

- Fomentar a notificação de suspeitas ou ocorrências de doenças em animais de produção;

- Aumentar a sensibilidade do Sistema de Vigilância Epidemiológica da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí - ADAPI;
- Divulgar o e-SISBRAVET, ferramenta eletrônica do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinárias, e orientar quanto à utilização do sistema.

3. Metodologia

Os conceitos e principais características de doenças-alvo da Defesa Agropecuária serão divulgados através de cards nas mídias sociais oficiais (Facebook, Instagram e site) da ADAPI e dos órgãos ou entidades parceiras, compartilhados por WhatsApp, além de reproduzidos em camisetas, conforme Figuras 1 e 2.

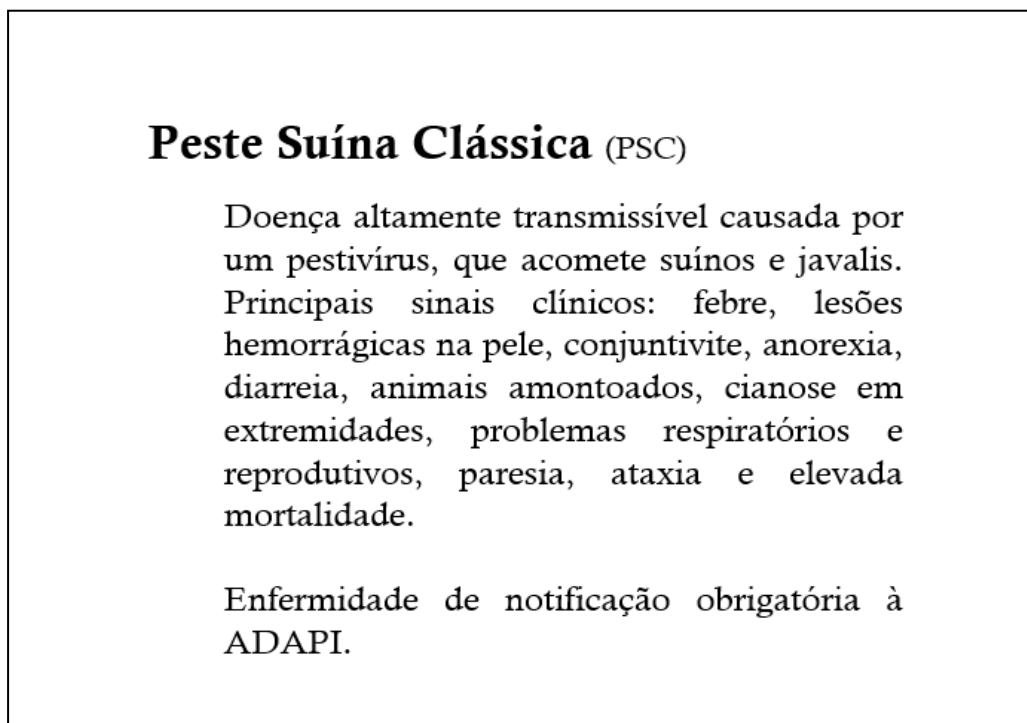


Figura 1 - Modelo de card.

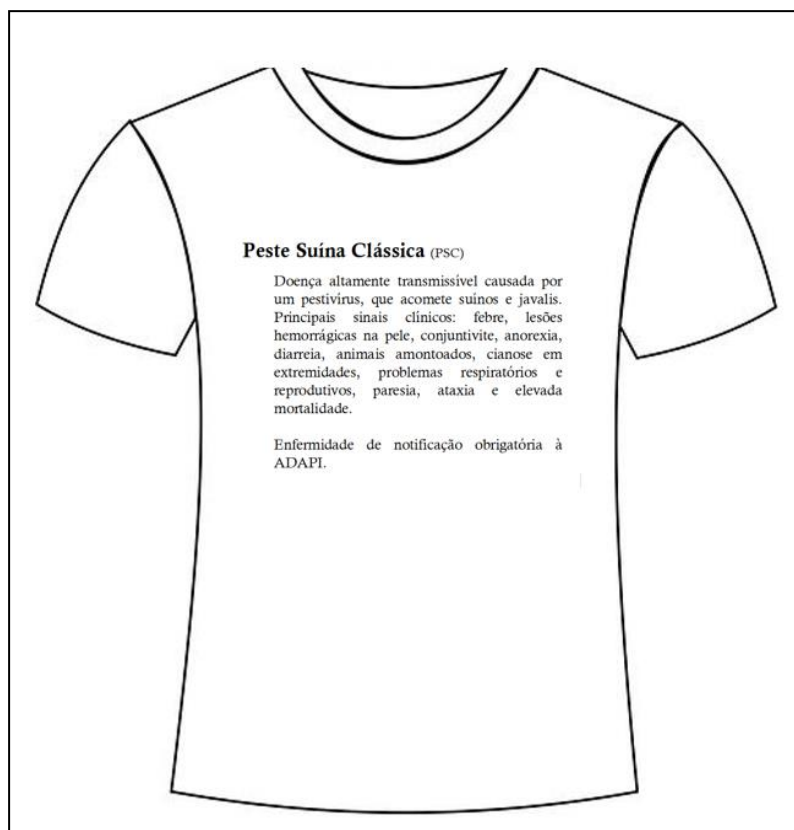


Figura 2 - Modelo de camiseta.

As informações dos cards serão elaboradas pelos coordenadores dos Programas Estaduais de Sanidade Animal da ADAPI e divulgados gradativamente, em intervalo a ser definido. Já as camisetas poderão ser doadas ou sorteadas em eventos.

4. Público Alvo

- Médicos-veterinários da iniciativa privada;
- Profissionais ligados a cadeia agropecuária;
- Produtores e trabalhadores rurais;
- Professores e estudantes de graduação em Medicina Veterinária.

5. Potenciais Parceiros

- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Superintendência Federal de Agricultura no Piauí (SFA-PI);
- Conselho Regional de Medicina Veterinária do Piauí (CRMV-PI);
- Coordenadoria de Comunicação Social do Estado do Piauí (CCOM);
- Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural (SEAGRO);
- Secretarias Municipais de Agricultura;
- Instituições de Ensino Superior com graduação em Medicina Veterinária no Estado do Piauí;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- Associações de Criadores;
- Lojas agropecuárias.

6. Investimentos

As artes gráficas ou designs serão elaborados pelos setores de comunicação da ADAPI ou de parceiros, portanto, sem gastos. Já os custos referentes a confecção de camisetas, ainda serão cotados.

7. Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa Nº 50, de 24 de setembro de 2013. 2013a. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/>

Listadoencasanimaisdenotificacaoobligatoria.pdf>. Acesso em: 02.03.2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define Lista Nacional de Notificações Compulsória de doenças agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos a privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. 2016a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html. Acesso em: 02.03.2021.

DA COSTA, Herika Xavier. A importância do Médico Veterinário no contexto de Saúde Pública. 2018. https://portais.ufg.br/up/67/o/Seminario2011_Herika_Costa_1.pdf. Acesso em 02.03.2021.

DE SOUZA, Guilherme Nunes et al. Epidemiologia veterinária aplicada ao desenvolvimento de programas sanitários e controle de focos. Embrapa Gado de Leite-Circular Técnica (INFOTECA-E), 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/190413/1/CT-119-Epdemiologia-veterinaria.pdf>. Acesso em 02.03.2021.

PFUETZENREITER, Márcia Regina; ZYLBERSZTAJN, Arden; AVILA-PIRES, Fernando Dias de. Evolução histórica da medicina veterinária preventiva e saúde pública. **Ciência Rural**, v. 34, n. 5, p. 1661-1668, 2004.